

ANÁLISE DE POLÍTICA COMERCIAL Nº 8

TEMA: AGENDA COM PARCEIROS
ESTRATÉGICOS

CNI
Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos: prioridades da indústria

As relações econômicas com os Estados Unidos são estratégicas para o Brasil, especialmente para a indústria brasileira, e têm importante impacto na atividade econômica do país.

Os Estados Unidos figuram atrás da China e da União Europeia no ranking de destinos de exportações totais do Brasil, considerando os países do bloco europeu em conjunto. No entanto, as exportações para os Estados Unidos têm maior impacto na atividade econômica brasileira em comparação com as vendas externas para a União Europeia e consideravelmente maior em relação às exportações para o país asiático.

Isso ocorre devido à alta participação de bens da indústria de transformação na pauta exportadora bilateral. As exportações do Brasil para os Estados Unidos concentraram-se 78,9% em bens da indústria de transformação em 2022. Em relação à União Europeia, esse percentual foi de 49,7%. Para a China, foi de apenas 22,6%.

Em 2022, cada R\$ 1,0 bilhão exportado pelo Brasil para os Estados Unidos contribuiu para a geração de quase 25 mil empregos, de R\$ 545 milhões em massa salarial e de R\$ 3,6 bilhões em produção na atividade econômica brasileira.

Além disso, os Estados Unidos assumem à frente como principal parceiro do Brasil quando se considera:

- ▶ As exportações brasileiras de bens da indústria de transformação.
- ▶ As vendas externas de produtos de maior intensidade tecnológica.
- ▶ O comércio brasileiro de serviços, tanto nas vendas, quanto nas aquisições.
- ▶ Os investimentos estrangeiros no Brasil e os investimentos brasileiros no exterior.

Esse protagonismo reafirma a importância estratégica da parceria econômica entre Brasil e Estados Unidos. Nesse sentido, a CNI apresenta suas prioridades para fortalecer e aprofundar essa parceria em dois pilares: relacionamento bilateral e integração internacional.

Figura 1: Impacto na atividade econômicas por R\$ 1 bilhão exportado para os Estados Unidos



24,9 mil empregos



R\$ 545,0 milhões em massa salarial



R\$ 3,6 bilhões em produção

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Matriz Insumo-Produto.
Elaboração: CNI.

As exportações para os Estados Unidos geram mais emprego, renda e produção na economia brasileira







Os Estados Unidos são o segundo principal destino das exportações brasileiras. As exportações de bens do Brasil para o país estadunidense somaram US\$ 37,4 bilhões em 2022. A primeira posição é ocupada pela China, destino de US\$ 89,4 bilhões das vendas externas brasileiras no último ano. Se consideramos o conjunto dos países da União Europeia, as exportações brasileiras para o bloco europeu alcançaram US\$ 50,9 bilhões em 2022, superando as exportações para os Estados Unidos.

Embora a China e a União Europeia sejam os principais destinos das exportações brasileiras em termos de valor, o impacto

econômico das exportações do Brasil para os Estados Unidos é proporcionalmente mais significativo. Em 2022, as vendas externas brasileiras para o país estadunidense geraram 24,9 mil empregos, R\$ 545 milhões em massa salarial e R\$ 3,6 bilhões em produção por bilhão exportado.

O impacto das exportações por parceiro comercial na atividade econômica brasileira varia devido à composição da pauta exportadora para cada destino. As exportações do Brasil para os Estados Unidos concentraram-se 78,9% em bens da indústria de transformação em 2022. Em relação à União Europeia, esse percentual foi de 49,7%. Para a China, foi de apenas 22,6%. A indústria de transformação tem um impacto mais expressivo na economia por remunerar melhor os trabalhadores e por consumir mais insumos ao longo da cadeia produtiva.

Figura 2: Impacto na atividade econômica por R\$ 1 bilhão exportado por parceiro comercial

Parceiro comercial	 Empregos (mil unidades)	 Massa salarial (R\$ milhões)	 Produção (R\$ bilhões)
 Estados Unidos	24,9	545	3,6
 União Europeia	21,3	427,4	3,2
 China	15,6	315,2	2,7

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Matriz Insumo-Produto. Elaboração: CNI.



As exportações da indústria de transformação brasileira têm os Estados Unidos como o principal destino, com participação de 16,7%

Os Estados Unidos assumem a dianteira como principal destino das exportações brasileiras quando consideramos apenas os bens da indústria de transformação. No período de 2013 a 2022, as vendas externas desses bens para o país estadunidense somaram US\$ 223,8 bilhões. Esse valor representou 16,7% das exportações do setor em média. A Argentina e a China figuram logo em seguida nesse *ranking*, respectivamente, com participação de 9,7% e de 8,3%.

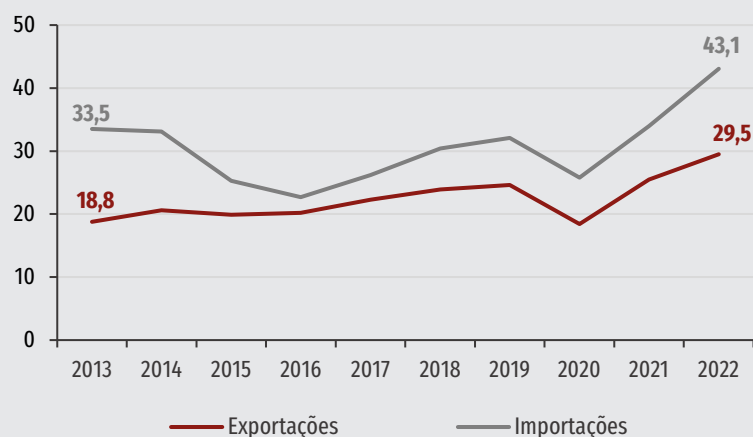
Com relação às importações brasileiras de bens da indústria de transformação, os Estados Unidos continuam como segundo maior país de origem, atrás da China. Entre 2013 e 2022, as aquisições desses bens provenientes dos Estados Unidos somaram US\$ 303,6 bilhões, correspondendo, em média, a 17,6% das importações brasileiras nesse setor.

Vale destacar que o comércio de bens da indústria de transformação do Brasil com os Estados Unidos foi recorde em 2022, alcançando US\$ 29,5 bilhões em exportações e US\$ 43,1 bilhões em importações. Na comparação com 2021, as exportações cresceram 15,6% e as importações aumentaram 26,7%.

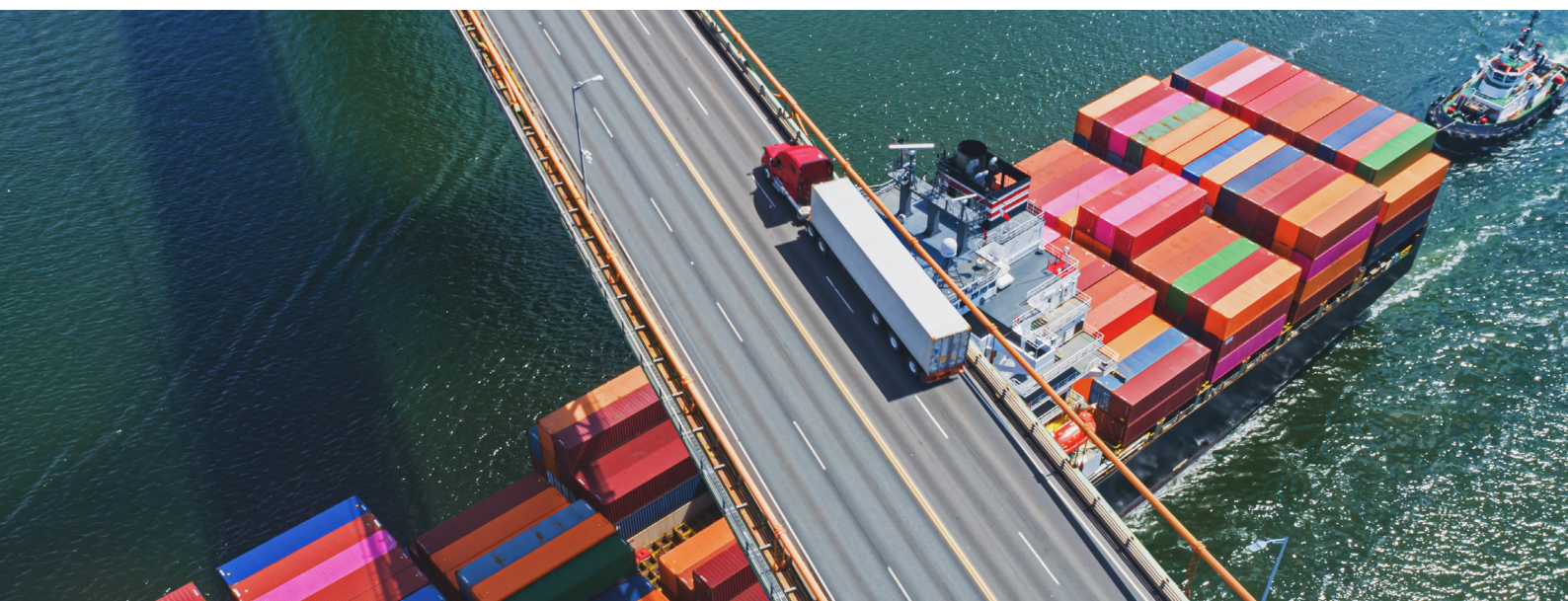
Em 2022, as exportações brasileiras para os Estados Unidos foram impulsionadas pelo aumento de 15,8% nos preços e pelo aumento de 2,7% da quantidade exportada em relação ao ano anterior. No caso das importações, os preços dos produtos registraram crescimento significativo de 36,2%, enquanto a quantidade importada cresceu 3,1%.

É importante mencionar que a indústria de transformação tem elevada participação no comércio bilateral. O setor representou 81,8% das exportações do Brasil para os Estados Unidos e 92,1% das importações brasileiras com origem no país estadunidense, em média, entre 2013 e 2022.

Gráfico 1: Comércio de bens da indústria de transformação do Brasil com os Estados Unidos (US\$ bilhões)



Fonte: ComexStat. Elaboração: CNI.



Estados Unidos assumiram à frente como principal destino das exportações brasileiras de maior intensidade tecnológica

Os Estados Unidos assumiram à frente como principal destino das exportações brasileiras de produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica, posição histórica da Argentina. Em 2014, o país estadunidense ocupou a primeira posição e a manteve, exceto em 2017, quando a Argentina recuperou temporariamente a posição. Na comparação entre 2013 e 2022, as exportações desses produtos para a Argentina caíram 40,5%, enquanto as vendas externas para os Estados Unidos aumentaram 13,9%.

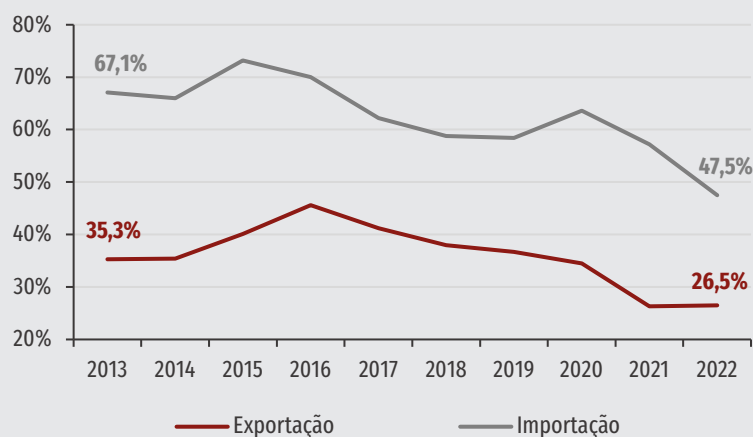
Ao longo da última década, os Estados Unidos mantiveram-se como o segundo maior país de origem das importações brasileiras de produtos de maior intensidade tecnológica, ficando atrás da China. Entre 2013 e 2022, as importações desses produtos dos Estados Unidos tiveram crescimento discreto de 0,9%, enquanto as importações provenientes da China registraram aumento expressivo de 58,6%.

Na última década, o comércio de bens do Brasil com os Estados Unidos apresentou elevada participação de produtos de maior intensidade tecnológica. Entre 2013 e

2022, em média, esses produtos correspondiam a 36,0% das exportações e 62,4% das importações. No entanto, é importante ressaltar que a participação desses produtos tem reduzido, alcançando níveis mínimos em 2021 e 2022.

Essa redução deve-se ao forte aumento das trocas comerciais de produtos de média-baixa e baixa intensidade tecnológica. Entre 2013 e 2022, as exportações desses bens para os Estados Unidos aumentaram 94,7%. No mesmo período, as importações provenientes do país estadunidense cresceram 85,4%.

Gráfico 2: Participação de alta e média-alta intensidade tecnológica no comércio de bens do Brasil com os Estados Unidos



Fonte: ComexStat. Elaboração: CNI.



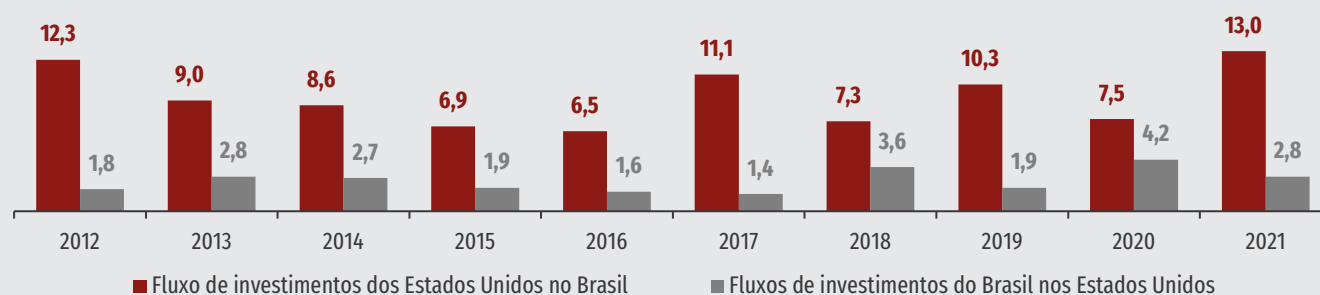
Investimentos dos Estados Unidos no Brasil alcançam US\$ 152,5 bilhões em 2021

Os Estados Unidos foram o principal país investidor no Brasil, alcançando um estoque de investimentos de US\$ 152,5 bilhões em 2021, e representando 23,1% do total. Quando analisamos os investimentos brasileiros no exterior, os Estados Unidos ocupam a segunda posição, ficando atrás apenas dos Países Baixos. O estoque de

investimentos do Brasil nos Estados Unidos atingiu US\$ 28,6 bilhões em 2021, correspondendo a 6,6% do total.

Quando se analisam os fluxos de investimentos, os Estados Unidos despontam como protagonistas, tanto nos investimentos estrangeiros no Brasil, quanto nos investimentos brasileiros no exterior. Entre 2013 e 2022, os fluxos de investimentos dos Estados Unidos no Brasil somaram US\$ 91,5 bilhões e os fluxos de investimentos brasileiros no país estadunidense somaram US\$ 24,7 bilhões.

Gráfico 3: Fluxos de investimentos entre Brasil e Estados Unidos (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CNI.

Os Estados Unidos respondem por 42,5% das vendas e 29,0% das aquisições de serviços do Brasil

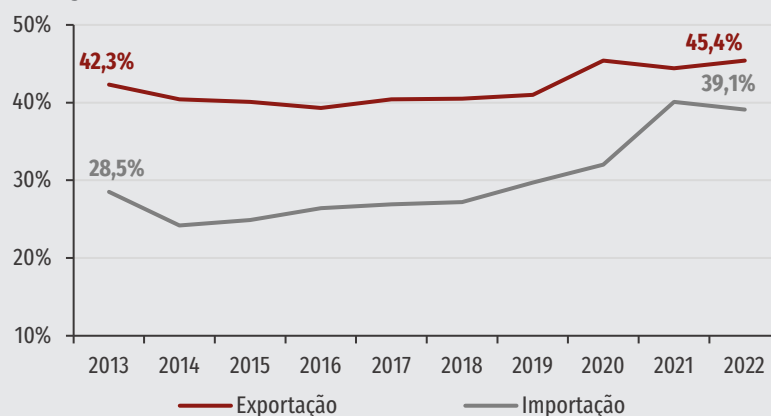
Os Estados Unidos são o principal parceiro do Brasil no comércio de serviços. O país estadunidense representou, em média, 42,5% das vendas de serviços e 29,0% das aquisições de serviços pelo Brasil entre 2013 e 2022.

As vendas de serviços brasileiros para os Estados Unidos aumentaram 20,4%, de US\$ 9,2 bilhões para US\$ 11,1 bilhões entre 2013 e 2022. Esse aumento foi superior ao desempenho das vendas de serviços brasileiros para todos os destinos, que cresceram 12,3% na mesma base de comparação. Já as aquisições brasileiras de serviços dos Estados Unidos aumentaram 14,3%, de US\$ 12,5 bilhões para US\$ 14,2 bilhões na última década.

O comércio de serviços é importante para a produção da indústria de transformação, especialmente para os setores que

produzem bens de maior valor agregado. A produção do setor depende de serviços especializados em sua cadeia produtiva, como logística, tecnológica da informação e serviços financeiros. Os serviços representam quase 30% do valor adicionado às exportações brasileiras industriais¹.

Gráfico 4: Participação dos Estados Unidos no comércio de serviços do Brasil (%)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CNI.

¹ OCDE. **Global Value Chains (GVCs):** Brazil. Disponível em: <https://www.oecd.org/sti/ind/GVCs%20-%20BRAZIL.pdf>

Oportunidades comerciais nos Estados Unidos

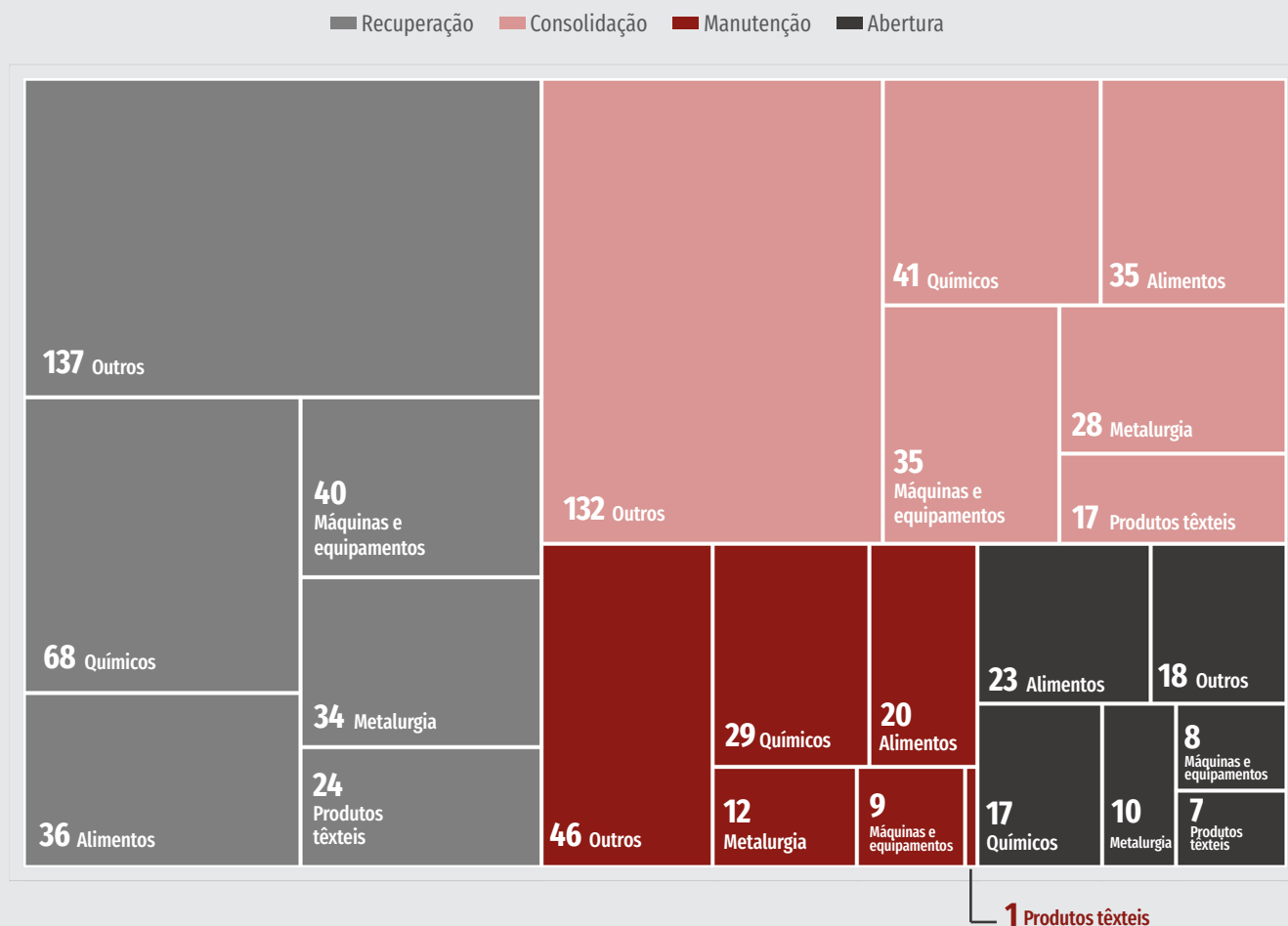
O Mapa de Oportunidades para as Exportações Brasileiras, elaborado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), indica que o Brasil tem oportunidades de exportações em 931 produtos para os Estados Unidos. Esses produtos foram identificados com base em critérios de competitividade do Brasil no comércio internacional e de complementariedade com a pauta importadora do país de destino. Além disso, há quatro classificações de produtos que consideram a posição do Brasil nos fluxos comerciais do país de destino:

- ▶ Abertura: não exporta ou exporta pouco para o país de destino.

- ▶ Consolidação: exporta para o país de destino e não tem alta participação de mercado.
- ▶ Manutenção: exporta para o país de destino e tem alta participação de mercado.
- ▶ Recuperação: exporta para o país de destino e a participação de mercado está em risco ou em declínio.

Para a indústria de transformação brasileira, há oportunidades de exportações em 827 produtos para os Estados Unidos, 88,8% do total, sendo: 83 produtos para abertura, 288 para consolidação, 117 para manutenção e 339 produtos para recuperação. Vale destacar que todos os setores da indústria de transformação têm oportunidades comerciais nos Estados Unidos. Destacam-se cinco setores que representam quase 60% desses produtos: Químicos (18,7%), Alimentos (13,8%), Máquinas e equipamentos (11,1%), Metalurgia (10,2%) e Produtos têxteis (5,9%).

Gráfico 5: Principais setores com oportunidades de exportações de bens da indústria de transformação brasileira para os Estados Unidos por categoria (número de produtos)



O Brasil ocupou apenas a 14ª posição como fornecedor externo dos Estados Unidos

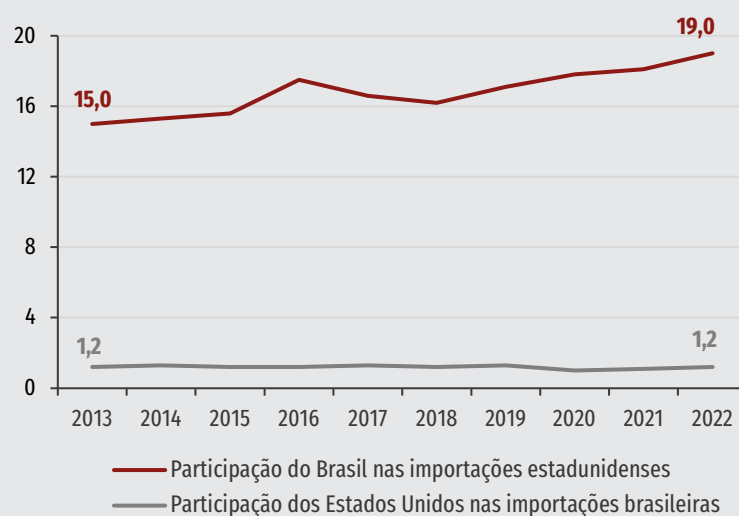
Embora os Estados Unidos sejam um parceiro comercial estratégico, o Brasil tem demonstrado dificuldade de aumentar sua relevância como fornecedor externo do país estadunidense. A participação brasileira, nas importações dos Estados Unidos, manteve-se praticamente estável, em torno de 1,2%, entre 2013 e 2022.

Na última década, o Brasil ocupou apenas a 14ª posição como fornecedor externo dos Estados Unidos. No período, a China foi a principal parceira comercial do país estadunidense, seguida pela União Europeia. O México e o Canadá também têm posições de destaque como terceiro e quarto fornecedores. Vale notar que países com economias menores que a brasileira figuraram à frente do Brasil nesse *ranking*: Vietnã (7º), Taipei (10º), Suíça (11º), Malásia (12º) e Tailândia (13º).

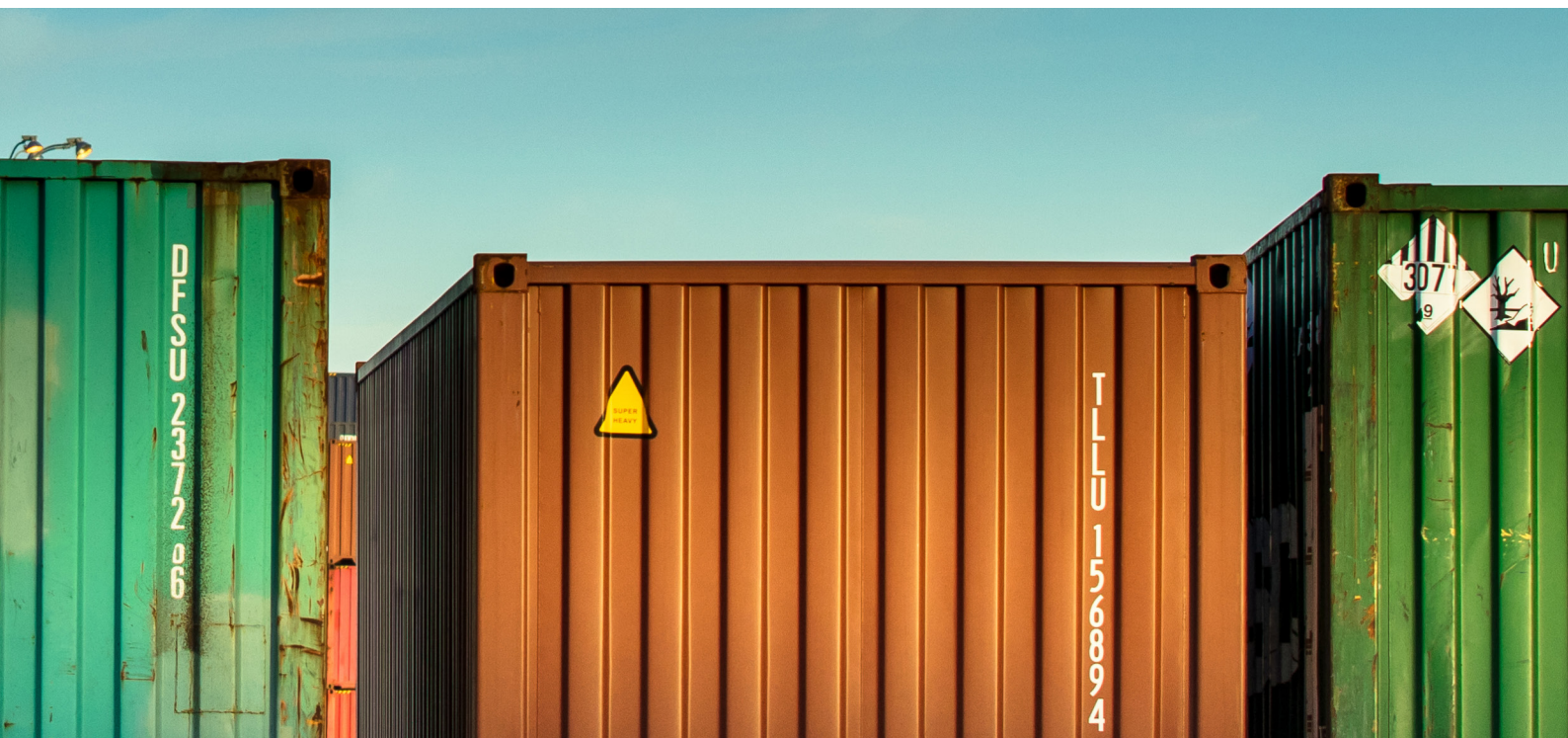
Por sua vez, os Estados Unidos ampliaram sua importância como fornecedor externo do Brasil, com um aumento de 4,0 pontos percentuais (p.p.) em sua participação

nas importações brasileiras entre 2013 e 2022. Apesar desse aumento expressivo, os Estados Unidos permanecem em segundo lugar no *ranking* de origens das importações brasileira, atrás da China. O país asiático aumentou sua participação nas importações brasileira em 6,6 p.p. no mesmo período.

Gráfico 6: Participação do Brasil nas importações estadunidenses e dos Estados Unidos nas importações brasileiras (%)



Fonte: TradeMap. Elaboração: CNI.



Prioridades da indústria brasileira

1. Relacionamento bilateral

1.1. Implementar os protocolos ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica (ATEC):

Os protocolos ao ATEC sobre facilitação de comércio e boas práticas regulatórias tem compromissos pendentes. Na área de facilitação de comércio, destacam-se, por exemplo: o novo fluxo de importação no âmbito do Programa Portal Único de comércio exterior; a publicação de informações atualizadas periodicamente pelos órgãos; a regulamentação de consultas antecipadas com prazo máximo de resposta em até 150 dias; e a adoção do certificado fitossanitário eletrônico (e-Phyto).

Na área de boas práticas regulatórias, seguem pendentes: as regras vinculantes sobre o mandato e as funções do órgão central de coordenação regulatória; a intensificação da aplicação dos princípios e das ferramentas de promoção da qualidade regulatória; e a consolidação das agendas regulatórias bianuais por órgãos e agências.

1.2. Celebrar um novo protocolo ao ATEC sobre economia digital:

A negociação de um protocolo sobre economia digital entre Brasil e Estados Unidos pode contribuir para a melhoria do ambiente de negócios. Importante que sejam negociadas cláusulas que prevejam a necessidade de realização de melhores esforços ou de cooperação internacional e que encorajem o desenvolvimento da regulação doméstica, mas que possam evitar eventuais retrocessos normativos.

1.3. Implementar o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Operador Econômico Autorizado (OEA):

O Acordo de Reconhecimento Mútuo de OEA celebrado pelo Brasil e os Estados Unidos, em 2022, requer a regulamentação dos requisitos de

segurança da informação (cibersegurança), de conformidade social (trabalho forçado) e de requisitos agrícolas estabelecidos pelo programa *Customs-Trade Partnership Against Terrorism* (C-TPAT), a fim de que também sejam incorporados ao Programa Brasileiro de OEA.

1.4. Negociar um Acordo de Dupla Tributação (ADT):

A negociação de um ADT moderno entre Brasil e Estados Unidos deve ser alinhada ao Modelo de Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tendo em vista as mudanças atuais na legislação brasileira sobre preços de transferência e as preocupações acerca das regras de *Foreign Tax Credit* dos Estados Unidos.

1.5. Mitigar ou remover barreiras comerciais:

As barreiras comerciais impactam negativamente o comércio bilateral entre Brasil e Estados Unidos. Atualmente, os setores brasileiros de revestimentos cerâmicos e de vestuários constam na lista de bens produzidos por trabalho infantil ou forçado do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos (*United States Department of Labor*), afetando as exportações brasileiras, uma vez que prejudica injustificadamente a imagem dos produtores nacionais.

1.6. Fortalecer o diálogo bilateral sobre sustentabilidade:

Com participação direta do setor privado, promover o diálogo formal e de alto nível entre Brasil e Estados Unidos em assuntos relacionados à sustentabilidade, como exigências ambientais, climáticas e sociais, especialmente sobre Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM), do inglês *Carbon Border Adjustment Mechanism*, e opções de combate ao desmatamento.

1.7. Reforçar os mecanismos de diálogo bilateral:

Continuidade a parceria em áreas estratégicas, com a participação do setor privado, no Diálogo Comercial Brasil-Estados Unidos, no Diálogo da Indústria de Energia Limpa, no Diálogo da Indústria de Defesa e no Fórum de Altos Executivos Brasil-Estados Unidos.

1.8. Promover a integração de cadeias de valor:

A colaboração entre Brasil e Estados Unidos deve propiciar a identificação, a diversificação e o aproveitamento de oportunidades para a integração de cadeias de valor, fomentando a troca de conhecimentos, o compartilhamento de tecnologias e a otimização dos processos produtivos, a fim de aumentar a competitividade e o desenvolvimento dos setores industriais de ambos os países.

² É um programa norte-americano, lançado em 2001, para reforçar as cadeias de fornecimento globais e garantir a segurança do país por meio de um controle de fronteiras mais rigoroso.

1.9. Propriedade Intelectual

• Retirar o Brasil da “Lista de Atenção” do Relatório *Special 301*:

A retirada do Brasil da “Lista de Atenção” do Relatório Anual sobre Propriedade Intelectual, elaborado pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (*United States Trade Representative*), em reconhecimento à adoção recorrente de políticas adequadas de proteção e promoção à propriedade intelectual pelo Brasil, contribuindo com a troca de inovação e investimentos com os Estados Unidos.

• Implementar o projeto-piloto *Patent Prosecution Highway (PPH)* como programa permanente:

Cooperação para implementação do projeto-piloto do PPH como programa permanente, entre o Instituto Nacional da Propriedade Industrial e o Escritório Americano de Marcas e Patentes (*United States Patent and Trademark Office*), visando a melhoria da qualidade do exame, a eficiência do trâmite de pedidos de patentes, o fortalecimento da capacidade e da relação entre os dois escritórios, além da contribuição com o ambiente de inovação.

• Reduzir o tempo de análise de patentes:

Cooperar na identificação de soluções para garantir a autonomia financeira do Inpi e assegurar a modernização de seus procedimentos, contribuindo para reduzir o tempo de análise de patentes e eliminação do passivo de pedidos de patentes (*backlog*).



Veja mais

Mais informações em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canis/assuntos-internacionais/>

2. Integração internacional

2.1. Cooperar para acesso do Brasil à OCDE:

Colaborar com a acessão do Brasil à OCDE contribuirá, não somente para o aprimoramento de políticas públicas, bem como para o avanço da agenda de crescimento econômico e de sustentabilidade ambiental e social do Brasil. Conseqüentemente, esse processo se traduzirá na melhoria do ambiente de negócios e no fortalecimento das relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos.

2.2. Cooperar para a revitalização da Organização Mundial do Comércio (OMC):

Dar continuidade ao processo de reforma da OMC, principalmente fortalecendo as regras de combate aos subsídios, revitalizando o sistema de solução de controvérsias e celebrando novos acordos, como o de facilitação de investimentos e o de comércio eletrônico.

2.3. Incluir o Brasil como país prioritário na *Americas Partnership for Economic Prosperity (APEP)*:

A inclusão do Brasil como país prioritário na APEP com vistas à colaboração e à implementação de políticas econômicas com base no mercado, promovendo a democracia, a prosperidade e a geração de empregos.

ANÁLISE DE POLÍTICA COMERCIAL | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br | Diretoria de Desenvolvimento Industrial e Economia - DDIE | Diretora: Lytha Battiston Spindola | Superintendência de Desenvolvimento Industrial - SDI | Gerência de Comércio e Integração Internacional | Gerente: Constanza Negri Biasutti | Análise: Marcus Gabriel da Silva e Sofia Alves de Montenegro Correa. | Equipe Técnica: Gerlane Gonçalves de Andrade, Janaina da Silva Stein, Marcos Vinicius Sasso Bento, Marina Isadora Barbosa Souza, Michelle Queiroz de Moura Pescara, Pietra Paraense Mauro e Ronnie Sa Pimentel | Coordenação de Divulgação - CDIV | Coordenadora: Carla Gadêlha | Design gráfico: Amanda Priscilla Moreira | Serviço de Atendimento ao Cliente - Fone: (61) 3317-9992: sac@cni.com.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

